

“A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camaçan Bahia.”

Maria Rosa do Carmo Oliveira *

Introdução

Este trabalho discorre de alguns apontamentos sobre a gênese e consolidação do Movimento Sem Terra, especialmente no Sul da Bahia, ressaltando a luta e conquista do Assentamento Nova Ipiranga, experiência que consolida a organização dos e das trabalhadoras rurais na região coordenados pelo MST. Para tanto, foram utilizadas documentos e literaturas específica á temática e alguns depoimentos.

A interpretação parcial do conteúdo destes aponta para uma influência direta da Luta pela Terra, na mudança de comportamento na perspectiva da emancipação política e da elevação da consciência dessas pessoas, assim como na construção de “novas” relações de gênero entre homens e mulheres no processo da luta.

Na trajetória da luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Brasil, é possível verificar nas literaturas sobre o tema que reflexões acerca da estrutura fundiária do país mantêm-se atual e necessária. Portanto, refletir acerca das experiências de luta dos movimentos sociais de luta pela terra, aqui especificamente sobre a gênese do MST constitui-se na leitura ou releitura dos processos e experiência dos movimentos sócias populares, especialmente dos movimentos de luta pela terra do campo brasileiro que são sujeitos de sua própria história.

*Graduada em história pela UFPB, Estudante do Curso de Especialização em História do Brasil –UESC.

O MST: Alguns elementos sobre sua Gênese e Expansão.

Inicialmente, pontuaremos alguns elementos acerca da questão agrária brasileira como ponto fundamental para entendermos os processos que envolvem a luta pela terra e a manutenção e crescimento da propriedade da terra. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE 2006, divulgado em 2009 “a concentração de terras continua no mesmo patamar dos últimos 20 anos”, ou seja, as políticas de criação de assentamentos dos últimos governos – Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Lula, não alteraram a concentração fundiária dos pais.

Historicamente com a organização das Capitânicas Hereditárias em 1534, através da Lei das Sesmarias, outorgada pela coroa portuguesa verifica-se a formulação da “primeira medida jurídico-formal que objetivou orientar a distribuição de terras e combater as terras incultas, processo que originou o latifúndio“ (MEDEIROS, 2003), Posteriormente entre 1822 e 1850, deixaram de existir leis que regulamentassem o acesso a terra, ficando este período conhecido como “império das posses”.

Em 1850, o Imperador decretou a Lei n. 601 – Lei de Terras. Esta lei configurou-se como medida importante para a manutenção da concentração fundiária das terras brasileiras, a partir daí os processos de grilagem de terras ou apropriação de terras devolutas (publicas) através de documentação forjada, regulamentou e consolidou a grande propriedade rural privada, ampliando as bases para a desigualdades sociais que hoje conhecemos.

Com a Constituição de 1891 a União transferiu aos Estados às minas e as terras devolutas, reservando para si a porção do território indispensável à defesa das fronteiras e os chamados terrenos da marinha. Martins tratou em “O Cativo da Terra” o que representou essa lei naquele contexto:

[...] A Lei de Terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 2004, p. 59)

As lutas e resistências populares eram constantes nesse período, diversas organizações e movimentos sociais foram sendo organizados, como por exemplo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, em 1954, as Ligas Camponesa e a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 1963.

Em 1964, o Governo Militar outorgou a Lei 4.504 ‘O Estatuto da Terra’- que regulamentou o uso e a posse da terra, enfatizando a sua função social e propondo mudanças na estrutura agrária brasileira. Entretanto essa lei teve o papel de domesticar seu significado em nome da qual se criaram sucessivos organismos governamentais como a SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária, INDA-Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A partir de então, no decorrer da ditadura militar, a Reforma Agrária assumiu o status de “políticas públicas”, não implementadas (NOVAES, 1998).

O campo brasileiro transformava-se em um espaço de conflitos intensivos, cresciam as desigualdades sociais e aumentava a concentração fundiária, intensificando a Luta pela Terra no país. Segundo Mançano, “com a expansão do capitalismo no campo, a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração” (MANÇANO, 1998, p.18).

Durante o regime militar, surgem no interior da Igreja Católica as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como espaços de politização dos trabalhadores, que passam a organizar diversas lutas. Por volta da década de 1970, em diferentes pontos do país, as ocupações de terras se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo, com diversas denominações.

A Luta pela Terra permaneceu sob pressão, retaliações e perseguições peculiares ao período da ditadura militar. Salienta-se, contudo, que os dois primeiros Planos Nacionais de Reforma Agrária – PRNA foram elaborados no período da ditadura, em 1966 e 1968. O primeiro tinha um caráter de diagnóstico e o segundo destacou-se pela execução do Plano de Integração Nacional – PIN, que serviu para a colonização da Amazônia.

Em janeiro de 1984, o MST é oficialmente fundado no Brasil, mas, é a partir do I Congresso Nacional, realizado no ano de 1985 em Curitiba, no Estado do Paraná, onde foram elaborados os objetivos e princípios organizativos do MST, que o conjunto dos trabalhadores decide expandir a luta do movimento para os diversos Estados do país. Para Mançano, “as referências históricas sobre sua origem são as ocupações¹ de terras realizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul” (MANÇANO, 1998, p.33)

Com o objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, o MST tornou-se um movimento de caráter de massas e popular, pois consegue mobilizar e incorporar enorme contingente populacional excluído dos meios de produção; um caráter sindical, pois articula a luta pela terra a um conjunto de medidas econômicas e um caráter político por almejar a transformação da sociedade, ao incorporar na luta pela terra a luta de classes, potencializando sua base social através da

¹ A ocupação é uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência. Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do Movimento. (...) A ocupação é a condição da territorialização. É o processo de conquista da Terra. (MANÇANO, 1998, p.25, 33).

prática da luta coletiva, de construção de identidade, de consciência política, de cidadania. Para GRZYBOWSKI,

Os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar, em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 59).

Do ponto de vista organizativo o MST estrutura-se através da realização de um Congresso Nacional, tem uma Coordenação e Direção Nacional, uma Coordenação e Direção Estadual, as Coordenações Regionais, as Brigadas e os Núcleos de Famílias, mais uma organização social através de Setores, como Frente de Massas, Produção, Formação, Educação, Saúde, Comunicação, Cultura, Juventude, Gênero, Direitos Humanos, além das Comissões de Secretarias, Finanças, Relações Públicas e Disciplina.

Aos 26 anos de história em nível nacional, o MST tem somado diversas conquistas, são 2.250 escolas públicas nos assentamentos e acampamentos (educação básica, ensino fundamental e ensino médio); diversas parcerias e convênios com as Instituições Públicas de Ensino em curso; 350 mil famílias assentadas no país, produzindo alimentos de forma agroecológica para consumo interno e comercialização em feiras locais e cerca de 90 mil famílias acampadas aguardando as desapropriações de terra para garantir uma vida melhor para sua família.

No Estado da Bahia, diversas lutas de posseiros, de pequenos proprietários e de movimentos sociais rurais precederam também o MST. Essas lutas foram violentamente reprimidas, a exemplo da Revolta do Malês (1835), da Guerra de Canudos (1894-1897), entre outros, referenciais de luta e resistência popular.

Em 1986 foram enviados alguns militantes do Sul do país para a Bahia, com o propósito de realizarem contatos lavradores sem terra, com grupos de base da Igreja Católica (principalmente a Pastoral da Juventude) e com sindicatos (STR) na Região Extremo Sul. Ainda nesse ano foi realizada a primeira assembléia regional do MST na

cidade de Itamaraju, com a participação de cerca de 120 lavradores sem terra, onde definiram três pontos de orientação para a luta:

1. A Reforma Agrária se faz com mobilização e que a partir daquela data se trabalharia no sentido de ocupar as terras improdutivas ou devolutas da região; 2. Era necessário um plano conjunto com os sindicatos, MST e outros movimentos populares para que a luta pela Reforma Agrária realmente fosse alcançada; 3. Havia necessidade imediata de organizar as áreas de conflito em todo o Estado (SOUZA, 2004, pg.66).

No ano de 1987, começava a ser preparada a primeira ação concreta do MST na Bahia. O objetivo era o de realizar a primeira ocupação de terras organizada pelo movimento, com a maior quantidade de famílias possível. Em 7 de setembro desse ano, foi realizada a ocupação de uma área pertencente à FLONIBRA (Florestas Nipônico-Brasileiras), empresa dedicada ao reflorestamento de eucalipto para celulose, mas que se dedicava principalmente à exploração de carvão vegetal, que tornou-se o Assentamento 4045, localizado no município de Alcobaça. Dessa ocupação participaram 300 famílias, mas, só foram assentadas 134 famílias. As demais realizaram a segunda ocupação de terras no Estado, no município de Prado, dando origem ao Assentamento Riacho das Ostras.

Em 1989, o MST da Bahia inicia sua regionalização pelo Sul da Bahia, onde foi organizada sua primeira intervenção, na Fazenda Rodotec, localizada no município de Camamu. Com a organização dos posseiros, o movimento acumulou forças para a realização da primeira ocupação de terras na Região Sul da Bahia, na Fazenda Mariana, no mesmo município, onde em 1993 foram assentadas 80 famílias. Essa região seria futuramente dividida em duas microrregiões de atuação do MST: a Sul e a Baixo Sul (1997).

Ainda em 1990, os trabalhadores rurais Sem Terra organizaram sua terceira regional, a Sudoeste, onde orientou inicialmente os trabalhadores de um assentamento já existente, a Amaralina, realizando sua primeira ocupação em 1994. Em 1995, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento se expandiu para a

Chapada Diamantina, sua quarta regional, realizando a primeira ocupação na Fazenda Águas Belas, em Andaraí.

Com a ocupação da Fazenda Nova Suíça em 1996, no município de Santo Amaro, constitui-se a quinta região de atuação do MST, a regional Recôncavo. Em 1997, o MST se expande para a região Norte do Estado, que se consolida em 1999, com a ocupação da Fazenda Jacaré. Dando continuidade à sua expansão territorial, em 2000 o Movimento avança para a região Oeste baiano e em 2006 organiza a região Nordeste.

Durante 23 anos de história, o MST da Bahia territorializou-se em nove regiões já citados acima, conquistando 123 assentamentos com um total de 9.101 famílias e 200 acampamentos organizados.

Salientamos ainda que ao longo de sua história, o MST foi organizando várias formas de luta, como: a ocupação das terras improdutivas, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, vigílias, manifestações e outras. Internamente foram constituindo comissões, núcleos de famílias, setores, coordenações e direções coletivas, espaços de construção coletiva de uma práxis política para a transformação social da realidade e a emancipação dos camponeses e das camponesas. Além, da produção cultural de seus símbolos e o resgate da memória de lutas anteriores

Por fim, o campo brasileiro constitui-se ainda em um espaço de conflitos intensivos, mantendo na ordem do dia a histórica luta pela terra no país, a luta pela Terra e Reforma Agrária, caracteriza-se de um lado, com as ocupações de terras enquanto forma e espaço de luta e resistência dos trabalhadores, de outro a intensificação da concentração fundiária.

Trajatória da luta pela Terra no Sul da Bahia: O Assentamento Nova Ipiranga.

Historicamente o processo de concentração de terras na região sul da Bahia não difere do processo de concentração de terras do Brasil, herança dos tempos coloniais. O processo de ocupação na região sul da Bahia data do século XVI, quando o

rei D. João III, criou as Capitânicas Hereditárias e, posteriormente as Sesmarias. Entretanto, segundo Garcez (1997), o processo de concentração fundiária na região Sul baiana, o que seria futuramente denominada de região cacauífera ocorre por volta do final do séc. XIX, no contexto da alta do preço do cacau.

Nos primórdios do cultivo, a lavoura cacauífera era realizada em pequenas propriedades de organização familiar. Entretanto, com o avanço do sistema de produção capitalista no campo, entre os anos de 1940-1950, iniciou-se um processo de grande concentração de terras e riquezas nesta região, estrangulando as pequenas unidades de produção familiar e constituindo, assim, o trabalho assalariado e a exploração da mão-de-obra de homens e mulheres trabalhadores (as) rurais.

Por volta do ano de 1957 a atividade tornou-se inviável economicamente com a queda dos preços no mercado internacional; a escassez de crédito e juros altos encurralou muitos produtores, seguida em 1989 pela Vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*), aliada a diversos outros problemas climáticos na região, a produção de cacau foi reduzida drasticamente. Segundo Brito (2000,p.30),” estima-se uma perda de 500 milhões de dólares pelos fazendeiros só na década de 1990” iniciava-se a decadência da lavoura de cacau, com conseqüências desastrosas para a região.

No início do decênio de 1990, a região Sul da Bahia constituiu-se num campo fértil para a expansão do MST, sua primeira ocupação de terra foi a Fazenda Bela Vista, em oito de março 1993 com a participação de 300 famílias que resultou na conquista do Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, foram assentadas 100 famílias, as demais foram deslocadas para lutarem por outras fazendas previstas para novas ocupações.

Em 1995 é realizada a segunda ocupação, com cerca de 350 família na Fazenda Loanda em Itajuípe, foram assentadas 50 famílias, pois a propriedade era de apenas 410,00 hec, as 300 restantes organizaram-se em outro acampamento e, logo depois, ocuparam a Fazenda Ipiranga, no município de Camacã-BA.

A cidade Camacan foi considerado na década de 70 como um dos maiores produtores de cacau, de maneira que sua história está diretamente ligada à expansão do cultivo deste fruto. Alguns estudos historiográficos apontam ainda que cidade inicia sua configuração em 1888, quando algumas famílias do atual Município de Canavieiras no Sul da Bahia, iniciam a busca por novas terras para o plantio de cacau.

É importante lembrar que, anterior a chegada dos plantadores de cacau, este era um território habitado pelos índios da tribo Kamakã, segundo a tradição oral e a própria memória oficial do município. Com o desenvolvimento e a força da economia cacauceira entre 1920-1940, os povos Kamakã foram vítimas da depredação cultural e extermínio, ainda neste período as famílias de Canavieiras e outras localidades expandiram suas plantações para áreas mais distantes e terras mais férteis, Camacan tornava-se um lugar muito promissor.

A exuberante produção camacanesa, que no ano de 1983 atingiu um milhão e trezentas arrobas de cacau em amêndoas, gerava uma conjuntura econômica favorável, proporcionando a auto-suficiência dos produtores e ia reproduzindo como nunca a idéia de “eldorado”... (SANTOS, 2007).

Entretanto, a crise que assolou a região sul da Bahia, alterou drasticamente a vida socioeconômica e política camacanesa, que teve como reflexos a expulsão de muitos trabalhadores rurais, a descapitalização dos produtores, os impactos da crise gerou um colapso econômico também na cidade. A luta pela Terra surgia neste cenário como uma alternativa possível, para os milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que já se engajavam na luta pela terra na região.

Em 1996 diversas famílias oriundas dos municípios de Wenceslau Guimarães, Gandú, Camacan, Panelinha, Buerarema, São José, Arataca, Itabuna, ocuparam a Fazenda Ipiranga. Segundo relato,

“...A alegria das famílias era imensa, pois sabiam que tinham a certeza de poder conquistar o lugar que tanto haviam sofrido em busca. Ao raiar do sol, novo acampamento estava sendo montado pelas famílias. Deram ao mesmo o nome de Zumbi dos Palmares. ...” (Militante I)

Em 1997 no dia 04 de novembro é destinada para as famílias a Emissão de Posse da Ipiranga, entretanto, as famílias só comemoraram a vitória no dia 10 de outubro, haja vista que alguns representantes das famílias estavam retornando de uma marcha. A fazenda foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assentou 100 famílias, permitindo-lhes a concessão de uso, assegurando o acesso a terra, aos créditos e programas agrícolas do Governo Federal e Estadual.

Com o decreto de Assentamento a antiga Fazenda Ipiranga, passou a ser chamada pelas famílias assentadas, de Assentamento Nova Ipiranga por acreditarem que iniciariam uma vida nova.

Ressalta-se que este Assentamento consolida a organização do MST nesta região e se concretiza no contexto de muitas lutas, principalmente das trabalhadoras rurais do país, que reivindicavam o direito de ter o nome no cadastro para o processo da titulação do lote de terra, em março de 2007, foi assinada pelo então presidente Nacional do INCRA, Sr. Rolf Hackbart, a Instrução Normativa n. 981/2003, que estabelece a titulação conjunta obrigatória da terra nos Assentamentos de Reforma Agrária, salienta-se que a titulação conjunta já era instituída na Constituição Federal de 1988, no art. 189, porém na prática o acesso e a garantia do nome das mulheres no cadastro de lotes de terra era quase inexistentes, na Nova Ipiranga das 64 famílias que residem atualmente na comunidade, cerca de 30% da titulação de terras está em nome das mulheres, e 20 encontra-se em nome do casal, possibilitando o acesso a direitos sociais e a construção de uma emancipação política e econômica.

Algumas Considerações

Em nosso estudo até aqui, refletimos e sistematizamos o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra na luta e consolidação do MST, pontuando alguns elementos do processo de interiorização, no Sul da Bahia, diante do

contexto de crise econômica e social, verificamos que o Movimento empreendeu através da ação de seus militantes a organização e a mobilização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, iniciou uma jornada de ocupações que resultou na conquista dos Assentamentos Terra Vista, Luanda e Nova Ipiranga, além dos posteriores.

Podemos dizer que a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na gênese e consolidação do MST caracterizou-se, fundamentalmente, pela luta, resistência e muita organização, enfim, da elevação da consciência da realidade da qual são parte, na defesa intransigente dos seus interesses, assumindo, portanto, sua condição de sujeitos de sua própria história.

Referencias Bibliográficas

GRZYBOWSKI, Candido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes / FASE-Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 1987.

MANÇANO, Bernado. Gênese e desenvolvimento do MST. São Paulo: MST, 1998.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS, Leonilde. Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Fundação Perse Abramo, 2003.

NOVAES, Regina Reyes. A trajetória de uma bandeira de luta. p169 a 180. In SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

SOUZA, LÍlian. Terra dos Homens: gênese do MST-BA. Monografia de conclusão de curso de Comunicação/UFBA, 2004.

Documentos internos:

1 – Relação dos Beneficiários, Atas, Banco de Dados do Assentamento nova Ipiranga